

Brasil quer refinanciar parte dos juros

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

Depois de suspenso o pagamento dos juros devidos aos bancos privados internacionais, o governo brasileiro debruça-se agora no arremate de proposta que pretende levar aos credores externos, tão logo se iniciem as negociações em torno da dívida externa. Como deixou claro o presidente Sarny em seu discurso, na sexta-feira, o Brasil quer "um encaminhamento definitivo, uma solução duradoura que resulte de entendimento amplo e justo, que crie estabilidade; e um acordo de longo prazo será buscado, em bases diferentes daqueles que foram assinados no governo Figueiredo.

Uma orientação já está claramente definida. O Brasil, além de reescalonar o pagamento das amortizações, quer chegar a uma solução negociada com os bancos no sentido de que parte dos juros seja refinanciada. O assessor especial do ministro da Fazenda para questões de dívida externa, Paulo Nogueira Batista Júnior, indicou ontem a este jornal que não está ainda definida a forma pela qual o pagamento dos juros seria financiado. As duas alternativas clássicas são novos empréstimos externos que cubram parte dos juros ou capitalização do serviço da dívida que, nesta hipótese, junta-se ao principal no esquema de reescalonamento.

O refinanciamento dos juros enquadra-se dentro da determinação do governo, colocada pelo ministro Funaro ainda no ano passado, de que o País não pode remeter mais de 2,5% do PIB em transferências de divisas para o exterior, aí somados não apenas os juros mas também lucros e dividendos e demais serviços e fatores, como "royalties". O Brasil também deixou claro que não vai ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e não aceita modelos econômicos recessivos.

Por isso mesmo, não fará uso da cota que ainda tem disponível junto àquele organismo internacional para compensar a queda de receita com exportações. O Brasil deve ao FMI 54% de



Paulo Nogueira
Batista Jr.

sua cota (em Direitos Especiais de Saque representaria hoje algo em torno de US\$ 1,6 bilhão) e teria, portanto, 51% para sacar (cada país pode retirar o equivalente a 105% de sua cota no Fundo), equivalente a algo próximo de US\$ 800 milhões. Nas regras do FMI, no entanto, qualquer crédito acima de 50% da cota é considerado como "upper-credit tranche" — uma linha superior de crédito — e, neste nível, o saque só é permitido mediante um programa de ajuste com condicionalidades, conforme explicou para este jornal o diretor da Área Externa do Banco Central (BC), Carlos Eduardo de Freitas, descartando totalmente aquela fonte de financiamento. Ele lembrou que atualmente o FMI está exigindo condicionalidade até mesmo para saques abaixo de 50% do valor da cota do país junto à instituição.

A diretoria da Área Externa do BC passou o dia de ontem monitorando, por telefone, as linhas de curto prazo que estão em época de vencimento junto às agências de bancos brasileiros no exterior. O presidente do BC, Francisco Gros, informou que nada de anormal foi observado. "Recebemos hoje um forte apoio do Banco de Tóquio, no mercado europeu a situação transcorreu em absoluta tranquilidade e também no mercado norte-americano. Até onde estou informado, os bancos entenderam o espírito da medida no sentido de proteger as reservas brasileiras."

Medidas de proteção às reservas brasileiras foram tomadas pelo governo antes de acionar a suspensão do pagamento dos juros: parte das divisas foi depositada no Banco de Compensações Internacionais (BIS), com sede na Basileia, Suíça e outra parte do Federal Reserve, banco central dos Estados Unidos, conforme informou no domingo o ministro da Fazenda, Dilson Funaro.

"A situação atual é bem diferente da de 1983, pois se tomou uma medida antes que as reservas chegassem a zero, e isso sinaliza a intenção do governo de mudar a natureza da negocia-

ção da dívida externa", observou Paulo Nogueira Batista Júnior.

O presidente do Banco Central (BC) informou ainda ontem que o banco não pretende prorrogar para além do próximo dia 27 a exigência introduzida na quinta-feira passada, no sentido de controlar as remessas de lucros e dividendos e de retorno de capital. A medida, que segundo ele não pode ser caracterizada como controle cambial, tem vigência temporária e visou "tranquilizar o mercado em um momento de incerteza". Para Batista Júnior, a decisão objetivou alcançar um controle adicional sobre as remessas

de lucros e de dividendos. Até sexta-feira, portanto, as contratações de operações de câmbio para transferência de ganhos de capital e de desinvestimento ficam na dependência de prévio exame do Departamento de Fiscalização e Registro de Capital Estrangeiro (Firce), do BC.

O Brasil recebe hoje mais uma visita de Douglas Smeets, assessor técnico do comitê de bancos credores. Como de costume, ele vem repassar com os técnicos do BC as novas projeções das contas do balanço de pagamentos. Ontem à noite, o diretor da Dívida Externa do BC, Antônio de Pádua Seixas, via-

jou para Nova York, com a missão de explicar aos bancos credores a decisão de suspender o pagamento dos juros. O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, acompanhado pelo presidente do BC, deve embarcar para os Estados Unidos no final desta semana. Essa é a expectativa de Gros, manifestada ontem: "Está dependendo apenas de agenda". Hoje pela manhã, o presidente do banco presta depoimento na comissão de finanças da Câmara dos Deputados, onde certamente será questionado acerca do encaminhamento do acerto externo e, ainda, sobre o comportamento dos juros no mercado interno.